

# Considerações sociológicas sobre religião em Moçambique

## Sociological considerations on religion in Mozambique

Ilídio Fernando<sup>1</sup>  
jucaelina.fer@gmail.com

Fabio Lanza<sup>2</sup>  
lanza@uel.br

Luis Gustavo Patrocino<sup>3</sup>  
lg.patrocino@unesp.br

### Resumo

*A sociedade moçambicana é fundamentada na diversidade religiosa a ponto de ser classificada como uma sociedade multirreligiosa. O presente artigo aborda a religião em Moçambique com o objetivo de apresentar panoramicamente os três períodos históricos da implantação das três religiões com maior contingente. Intenciona-se explicar aspectos relevantes do contexto sociorreligioso no processo da formação da nação e da sociedade moçambicana. São apresentados aspectos sociais referentes às três grandes matrizes religiosas vigentes no país: a religião cristã, a islâmica e a tradicional africana (RTA). Para tal, questiona-se como essas matrizes religiosas têm contribuído na formação da sociedade moçambicana. Trata-se, metodologicamente, de uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizando análise processual e hermenêutica histórica juntamente com embasamento teórico da sociologia da religião, numa perspectiva analítica do conhecimento emancipatório. Como resultados pode-se afirmar que as religiões são fundamentais no que concerne à apuração dos alicerces ou gêneses religiosas que se destacam na formação cultural, humanização, socialização dos moçambicanos, meio de interação entre indivíduos e a sociedade e no desenvolvimento da religiosidade dos moçambicanos.*

**Palavras-Chaves:** Cristianismo; Islâmico; Religião Tradicional Africana; Ametramo

### Abstract

*Mozambican society is based on religious diversity to the point of being classified as a multi-religious society. This article deals with religion in Mozambique with the aim of panoramically presenting the three historical periods of the implantation of the three religions with the largest contingent. It is intended to explain relevant aspects of the socio-religious context in the process of formation of the Mozambican nation and society. Social aspects related to the three major religious matrices in force in the country are presented: Christian, Islamic and Traditional African Religion (RTA). To this end, it is questioned how these religious matrices have contributed to the formation of Mozambican society. Methodologically, it is a bibliographical and documentary research, using procedural analysis and historical hermeneutics together with theoretical basis of the sociology of religion, in an analytical perspective of emancipatory knowledge. As a result, we can say that religions are fundamental in terms of establishing the foundations or religious genesis that stand out in the cultural formation, humanization, socialization of Mozambicans, a means of interaction between individuals and society and in the development of Mozambicans' religiosity.*

**Keywords:** Christianity; Islamic; African Traditional Religion; Ametramo

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Londrina – UEL/PR

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Londrina – UEL/PR

<sup>3</sup> Universidade Estadual Paulista – UNESP/Marília

## INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva contextualizar e descrever a conduta organizacional da religião na sociedade moçambicana. A descrição generalista sobre religião expressa pelo músico azagaia: "a minha religião também é verdadeira. A minha catedral é a palhota da curandeira. E África cura tudo, por isso é hospitaleira." (Azagaia citado por Lopes, 2015, p. 1), representa a ideia na qual a sociedade moçambicana é fundamentada na diversidade religiosa, sendo uma sociedade multicultural cujas peculiaridades são relevantes para estudos e análises.

Definir, descrever e entender a Religião e seu papel no contexto moçambicano se torna pertinente, tendo em conta os aspectos religiosos universais e, de forma particular, os do contexto africano. Este procedimento tem como objeto de estudo a Religião em Moçambique, objetivando entender o contexto sociorreligioso e o papel sociológico da religião no processo da formação da nação e sociedade moçambicana.

O pressuposto é que nem todas as religiões e respetivas formas de religiosidades existentes no país são incorporadas como participantes na formação da identidade moçambicana. Essa não incorporação de certas convicções religiosas enquanto entidades e confissões religiosas, com destaque para as religiões africanas, possibilita a propagação da intolerância religiosa, a marginalização de religiões e, por conseguinte, a viabilização da desigualdade social institucional, desagregação da sociedade e possível ameaça da unidade nacional. Logo, a questão que se levanta é: como essas matrizes religiosas têm contribuído na sociedade moçambicana e no processo da formação desta nação? Sendo a religião praticada mundialmente e presente em diversas sociedades, mesmo que seja de forma diferente, trata-se de uma conjuntura que requer um posicionamento que permita certa atenção a todos os aspectos que compõem a dimensão de todo contexto religioso e das religiosidades específicas, resultantes das práticas culturais, tradicionais, políticas, econômicas, sociológicas e até teológicas. Isto é, o pesquisador deve trabalhar na apuração de resultados valiosos, tanto para o indivíduo, no aspecto da cientificidade, quanto para a sociedade, sem nenhuma influência de questões relacionadas com as crenças, formas de religiosidade e os sentimentos pessoais.

## METODOLOGIA

O presente artigo constitui uma parte de um dos capítulos da tese em construção no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina, que tem como processo metodológico a pesquisa bibliográfica e documental. Tais documentos, segundo a contribuição de Tim May (2004, p. 210-211), classificam-se como "fontes primárias": "documentos-escritos e discursos orais", arquivos dos relatórios, estatísticas ofi-

ciais, nacionais e internacionais, abordagem e "livros de tomo"<sup>4</sup>, contidas em *sites* oficiais do governo, públicos e particulares, e nos *sites* das Organizações Não-Governamentais (ONGs). Também se vale de fontes de informação secundárias, pois esses tipos de documentos estão disponíveis e são de fácil acesso na Internet.

Adota-se a análise processual e hermenêutica histórica (GIDDENS, 2005) para a contextualização conceitual da religião e o impacto histórico das diferentes religiões no país, com embasamento teórico da sociologia da religião, das contribuições da sociologia contemporânea, do Anthony Giddens e numa perspectiva analítica do conhecimento emancipatório. Desse modo, é indispensável a averiguação multidisciplinar, ou multiáreas de conhecimento, de modo a integrar diversos aspectos religiosos conforme as percepções, as práticas e a identificação, tanto das singularidades, quanto das coletivas em contrapartidas às formas de crenças, aspectos da fé e religiosidade característico na sociedade moçambicana.

Contudo, o processo metodológico adotado para esta abordagem parte do princípio que visa facultar a apuração de resultados relevantes no que concerne tanto aos aspectos das vivências dos indivíduos e quanto à sociedade no geral, objetivando uma abordagem científica, sem nenhuma influência de questões relacionadas com as crenças, as formas de religiosidade e os sentimentos pessoais. Para tal, são fundamentais as práticas socioculturais, os aspectos dos contextos sociopolítico, socioeconômico e sócio-histórico de Moçambique em todo o processo de formação da moçambicanidade, consoante a análise processual da dimensão do contexto religioso e das respectivas religiosidades específicas no país.

## CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONCEITO DE RELIGIÃO

A religião, segundo as contribuições de Friedrich Schleiermacher, C. P. Tiele e Helmuth von Glasenapp, contidas na obra de Gaarder, Hellern e Notaker (2000), é, respetivamente, definida da seguinte maneira:

*A religião é um sentimento ou uma sensação de absoluta dependência;*

*A religião significa a relação entre o homem e o poder sobre-humano no qual ele acredita ou do qual se sente dependente. Essa relação se expressa em emoções especiais (confiança, medo), conceitos (crença) e ações (culto e ética);*

*A religião é a convicção de que existem poderes transcendentes, pessoais ou impessoais, que atuam no mundo, e se expressa por insight, pensamento, sentimento, intenção e ação (GAARDER; HELLERN; NOTAKER, 2000, p. 17).*

Esses conceitos de religião pontuam a presença do relacionamento contínuo entre o ser humano e os poderes trans-

<sup>4</sup> Conjuntos de escritos organizados em livros que podem ser chamados de livro de registro, inventário, catálogo e outros.

cententais. Essa relação é produzida e manuseada na base de processos sentimentais, estabelecidos em conformidade com a reunião de aspectos cognitivos ou subjetivos e fatos objetivos, ou na confluência entre a consciência, comportamento e atitudes humanas, que caracterizam as formas de crenças, emoções, sujeição, das práticas e das intenções próprias. Essa conjuntura é tida por Georg Simmel (2006) como "formas-de-socialização" e "interação social" e constituem, para Max Weber (2008), uns dos elementos das ações sociais, viabilizadoras dos "tipos ideais": ação social racional com relação a fins, ação social racional com relação a valores, ação social tradicional e ação social afetiva.

A conceituação das religiões, não apenas em aspectos característicos de uma certa população em determinada crença e prática da fé, trata também de uma descrição aberta, ou que integra todas as formas de religiosidade mundiais, conforme cada sociedade. Trata-se, também, da contemplação das religiões dentro dos quatro prismas, que parecem indispensáveis para o entendimento da relação humana com o sobrenatural: Prisma Conceitual – expressões religiosas características das formas de crenças; Prisma Cerimonial – práticas de fé exercidas como modo de reverência a deus ou deuses; Prisma Organizacional – ao se formar como uma comunidade ou associação com princípios de irmandade e submissos a mesmas normas e valores; Prisma Experiencial – é estabelecida conforme a capacidade em lidar com as atitudes e emoções humanas (GAARDER; HELLERN; NOTAKER, 2000).

Danièle Hervieu-Léger e Jean-Paul Willaime, fundamentados na análise sociológica do Georg Simmel, conceituam a religião enquanto conjuntura resultante da busca da "fé", ou no ato de "crer" individual em um determinado divino, estabelecido segundo os sentimentos de valor e utilidade nela depositados (HERVIEU-LÉGER; WILLAIME, 2009). Constitui um meio de socialização, formalização e interação estabelecido na ação do "crer" em "Deus" ou outras divindades, conforme a gênese da religiosidade adotada, ou próprio do indivíduo ou do grupo social, em suas formas de interação e convivência. O que, mais uma vez, para Georg Simmel (2006), trata-se de "forma de socialização" resultante do tipo de religiosidade socialmente praticada, que estabelece certo tipo de religião característica de um determinado grupo social.

Importa também integrar, aqui, as contribuições dos sociólogos clássicos, no caso do Marx, Durkheim e Weber, reunidas pelo sociólogo contemporâneo Anthony Giddens, ao ponto de concluir que os três sustentavam a noção de que a "religião era fundamentalmente uma ilusão" e de que o nosso mundo se encontra distorcido pelas lentes do "outro" mundo religioso, conforme  $\theta$  é representado pelo "simbolismo religioso" (GIDDENS, 2005, p. 452).

Esse entendimento resulta da observação das seguintes contribuições: da constatação de Marx que pontua como fundamental a ideologia de que a "religião serve para justificar as desigualdades, em termos de riquezas e de poder, encontradas na sociedade"; da descrição de Durkheim de que a "religião é importante por suas funções coesivas, especialmente ao garantir

que as pessoas se encontram regularmente para afirmarem crenças e valores comuns" e da noção de Weber, ao afirmar que a "religião é importante pelo papel que desempenha na transformação social, particularmente no desenvolvimento do capitalismo ocidental" (GIDDENS, 2005, p. 452). Compõem-se, então, reflexões que classificam a religião enquanto meio de exploração, manipulação e de transformação social, em contrapartida aos privilégios reservados para algumas pessoas e, por conseguinte, dando desvantagem para outras, conforme as circunstâncias e trajeto vividos no mundo capitalista.

Paralelamente a esses meios de exploração, manipulação e transformação social e na recorrência das contribuições do Hervieu-Léger e Willaime (2009), a religião pode ser considerada como organizações compostas por "qualidades sociológicas das relações", ou "normas sociológicas" caracterizadas por "propriedades coletivas", tais como as estabelecidas por meio de interações segundo seus objetivos, forma, normas e papel; as que possibilitam a "formação das variedades", estabelecendo diversos grupos sociais específicos em capacidade de expansão; as constituídas em conformidades a suas funções na sociedade; as que contêm elementos característicos da unidade, com garantia da sobrevivência e desenvolvimento do espírito patriótico entre os integrados no grupo, em uso do mesmo símbolo, que possuem sentimentos de honra ao grupo, funções específicas atribuídas entre os membros e caracterizadas por ter espírito de lealdade em relação ao pertencimento ao grupo ou que contribuam na preservação da unidade social (ABEL, 1972, p. 77-78).

Todavia, essa conjuntura das descrições, noções e ou das reflexões acima levantadas possibilita o entendimento de que a religião existe em todas as sociedades mundiais, embora as crenças e as práticas religiosas variem conforme cada cultura e seus valores tradicionais. Todas as religiões envolvem um conjunto de símbolos que implicam sentimentos de reverência relacionados a rituais praticados por uma certa comunidade de fiéis. Convicções, formas de devoção ao sagrado, ritual ou cerimônia como meio de aproximar o ser humano às entidades sobrenaturais compõem uma crença fundamentada na fé e nas práticas religiosas em busca da felicidade, assim como um conjunto de princípios, crenças e práticas doutrinárias, culturais e ou tradicionais, sob os quais os seus adeptos se reúnem enquanto congregação religiosa. Ou seja,

*A religião é uma série de crenças, práticas e preceitos pelas quais se comunica com um ser ou seres superiores para a preservação da vida. Em África, essas crenças, práticas e preceitos para a comunicação com os seres superiores que são os espíritos, os seus oficiantes são os curandeiros. Posto isto, concluímos que o curandeirismo é uma religião que se chama Religião Tradicional (CHIZIANE; MARTINS, 2018, p. 106).*

A integração desse conceito, desenvolvido de um ponto de vista que contempla a concepção africana, ou das divindades africanas, expande a amplitude conceitual de Religião. Contudo, é uma contribuição demonstrativa da necessidade de análise so-

ciológica, de modo a se chegar à capacidade de distinguir o que não é Religião. Uma vez que não "é identificada por ser monoteísmo (crença em um único Deus)"; deve ser "identificada com princípios morais que controlam o comportamento de seus fiéis como os mandamentos que Moisés teria recebido de Deus"; está necessariamente preocupada em explicar como o mundo acabou se transformando no que é hoje; não pode ser identificada com o sobrenatural, embora envolva intrinsecamente a crença em universo que "ultrapassa o domínio dos sentidos" (GIDDENS, 2005, p. 427).

Por outro lado, pode-se estabelecer uma análise fundamentada no entendimento de Religião a partir da concepção dos tipos de religião existentes conforme as forças superiores, forças da natureza, divindades, assim como poderes sobrenaturais venerados pelas pessoas e das que também são consideradas pertinentes e essenciais para o entendimento da conjuntura religiosa e seu papel em Moçambique, tais como: Religiões Panteístas, Politeístas, Animistas ou Espiritistas, Monolatrias, Monoteístas e Ateístas (GAARDER; HELLERN; NOTAKER, 2000, p. 20-21).

A contribuição do Jostein Gaarder é pertinente pelo fato de sustentar que, embora haja diferentes tipos de religião, todas elas possuem certas características comuns em sua estruturação ou constituição associativa, tais como: sentimento da irmandade como fundamento indispensável entre os membros pertencentes à mesma comunidade; manutenção da sua existência baseada no estilo de líder ou liderança específica; sua composição é representada por uma estrutura social, política e religiosa; a formação organizacional de uma pode significar o rompimento ou a degradação da outra. Mesmo dependentes das políticas adotadas em cada religião, elas funcionam dentro de um certo espaço territorial, podendo ser comunitária, regional, nacional e até internacional (GAARDER; HELLERN; NOTAKER, 2000, p. 32). Atentar-se-á a esses fatos para averiguar o contexto sociorreligioso em Moçambique.

## PROCESSO HISTÓRICO DA RELIGIÃO EM MOÇAMBIQUE

Jostein Gaarder, Victor Hellern e Henry Notaker (2000), em suas contribuições, apontam a existência de "três religiões que dominam a África moderna": a) o cristianismo, migrado com a colonização da África; b) o islã, religião característica da "África setentrional árabe", que migrou para o "sul do Saara" e; c) a religião tradicional, originária, a essência tribal, familiar, ou "sinônimo de liderança política da tribo", anterior à invasão das duas primeiras, apesar de estarem atualmente se caracterizando como "movimentos sincretistas" surgido com o processo das "missões cristãs" (2000, p. 89).

Essas religiões, o cristianismo, o islã e todas as que se caracterizam como "religiões mundiais" ou presentes em todo o universo, são tipos de religião consideradas oriundas do "Oriente Médio", caracterizadas por serem "monoteístas" e criadas ou

fundadas por um certo mestre e ou profeta com nomes que os representam, tais como: Moisés, Buda, Lao-Tse, Jesus, Maomé (GAARDER; HELLERN; NOTAKER, 2000, p. 37).

Essa conjuntura religiosa em África é a mesma que se faz presente na situação da Religião em Moçambique, uma vez que se trata de um dos países da região sul da África Subsaariana, que tinha seu litoral como um dos pontos principais do comércio com os árabes, assim como, posteriormente, uma colônia portuguesa.

De outro lado, a Constituição de Moçambique declara que a sociedade moçambicana é "fundamentada na diversidade da religião" (MOÇAMBIQUE/CRM, 2004; Art. 3 e 11, alínea f; g). Essa declaração, junto com a contribuição de Gaarder, Hellern e Notaker (2000) em relação ao tipo de religião presente em África, e na necessidade da descrição dessa diversidade religiosa presente na sociedade moçambicana contemporânea, é viável recorrer à análise processual da religião no país. Isso remete a olhar para três épocas distintas, a saber: a religião dos povos bantos, a instalação da religião islâmica e, por fim, a presença da religião cristã.

## 1ª Época – A Religião da população nativa/Bantos

Com as migrações do povo banto, guerreiros provenientes dos Grandes Lagos, entre os séculos II e III, em busca de melhores condições de vida, houve a concentração e a instalação das populações nas regiões das terras, hoje Moçambique, consideradas as mais "pobres em recursos" (MACULUVE, 2015, p. 16). Essas populações eram de identidade cultural dos bantos que praticavam a Religião Tradicional Africana (RTA), um tipo de religiosidade diversificada dos bantos, considerado como "elemento central, primordial da cultura banto", ou "mãe criadora da civilização" (VICENTE, 2012, p. 32,38).

A diversidade religiosa do povo banto levou Raul Ruiz de Asúa Altura, citado por José Armando Vicente (2012), a definir a RTA da seguinte forma:

*A Religião Tradicional Africana é um sistema de relações entre o mundo visível dos homens e o mundo invisível regido por um Criador e por potências que, sob diversos nomes e mantendo-se como manifestações deste Deus único, estão especializadas em toda a espécie de funções. A Religião Tradicional está enriquecida com as crenças e manifestações necessárias para ser considerada como autêntica religião: noção clara de Deus, do cosmos e da natureza, da finalidade e do destino do homem; com um sistema de representações e uma ética derivada das crenças, que cuida da realização do homem e da estruturação da sociedade segundo um plano previsto e com uma finalidade clara; com um conjunto de ritos-cultos, por meio dos quais o homem e a comunidade exteriorizam e celebram suas crenças; e com uma fé atuante ou sensibilidade-espiritualismo que vivencia esse corpo doutrinário e cético, dá sentido à existência da pessoa, harmoniza e dá coesão à sociedade (VICENTE, 2012, p. 35).*

A RTA, enquanto gênese da civilização originária do sistema humano em representação da realidade, também constitui o sistema do contexto religioso moçambicano. O fundamento da RTA está em atendimento pleno do ser humano, estabelecer harmonia e coesão social por meio da religiosidade que integra o cosmo da vida e da natureza. A sociedade tem como base da vida a RTA, que está na formação da cosmovisão de vida dos moçambicanos, particularmente, e do povo banto, no geral, que desconhece a separação entre a cultura e a religião, entre o sagrado e o profano, assim como reconhece o círculo da vida em contínuo relacionamento com o transcendente, os antepassados, o outro e com elementos da natureza (LOPES, 2015). É um estilo de religião que agrega as diversas formas e elementos das religiosidades, resultante do conjunto de religiões em suas estruturas denominacionais ou "unidades das crenças", os "ritos" e os "símbolos", provenientes do "Feiticismo, Animismo, Vitalismo, Ancestralismo, Paganismo, Politeísmo, Manismo, Eudemonismo e Cósmica" (VICENTE, 2012, p. 34).

Aliás, importa destacar que "a RTA é um modo de vida e a vida está no seu centro", zela, protege e visa aprimorar a vida, uma vez que "para o africano a religião é literalmente vida, e vida é religião" (LOPES, 2015, p. 12). É um estilo de vida, ou identidade característica, que os moçambicanos herdaram dos seus antepassados, ao conceberem a "RTA como literalmente vida", e o viver como prática religiosa (2015, p. 1, 2). Para o africano, a religião vai mais além do conjunto de crenças, pois é também "uma forma de vida, a base da cultura, identidade e valores morais. A religião é uma parte essencial da tradição que ajuda a promover tanto a estabilidade social como a inovação criativa" (2015, p. 5).

Nas sociedades originárias Afrosaarianas<sup>5</sup>, no caso específico, as tribos e grupos étnicos que residiam no atual Moçambique, a RTA desempenhava papel que integra aspectos da religião e "práticas da medicina tradicional", intrinsecamente ligado às vivências dos habitantes do território moçambicano, conforme a relação entre as características típicas da estrutura social e económica, com os desafios oponentes como "as doença, as secas, as epidemias, os ciclones e entre outros fenómenos naturais" (MOÇAMBIQUE, 2004, p. 131). Desse modo, são práticas desenvolvidas paralelamente tanto aos motivos religiosos, quanto aos motivos medicinais.

É uma forma de viver com um estilo de religiosidade indispensável à manutenção da vida em comunidade, atos ou ações de resistências malevolentes em relação ao estilo de vida comunitária adotada. Há, porém, que reconhecer que, com a colonização, a RTA ou a "medicina e a farmacopeia tradicional passaram a ser consideradas como não saberes, ou práticas superficiais e supersticiosas e de índole folclórica". Eram tidas como "práticas obscurantistas" e seus praticantes "confundidos com feiticeiros" ou configurados como malfeitores, ao ponto de ser decretada a "lei n° 23, de 15 de novembro de 1933", declarando

a proibição das práticas da RTA, e quase 9 anos depois a decisão continuou mantida pela "Lei n° 32171, de 29 de julho de 1942" (MOÇAMBIQUE, 2004, p. 131).

Portanto, apesar do papel significativo que a RTA desempenhava nas comunidades moçambicanas, esse poderio veio a ser inabilitado paulatinamente, delimitado com o pensamento eurocêntrico, isto porque os moçambicanos tinham suas formas de adoração que vieram a ser subjugadas pelo cristianismo.

Com a intervenção da Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1978, ao destacar a importância e necessidade de valorizar o uso da medicina tradicional, e, por outro lado, com apoio do Ministério da Saúde (MISAU) em 1990, foi criada a Associação dos Médicos Tradicionais Moçambicanos (AMETRAMO), uma "associação de práticas de medicina tradicional, como forma de reconhecimento e valorização do seu conhecimento e acção no combate à doença", assim como reconhecidos pelo governo moçambicano (MOÇAMBIQUE, 2004, p. 131). A partir da RTA no exercício da medicina tradicional, suas lideranças são reconhecidas na comunidade como médicos tradicionais com experiências de geração para exercício associativo do "conhecimento e práticas" religiosos, sociais e culturais no processo da "prevenção ou eliminação de doenças físicas, mentais ou sociais", visando ao bem-estar comunitário (MOÇAMBIQUE, 2004, p. 131-132).

Trata-se de uma construção conceitual de resgate e atualização do papel da RTA e de como são descritos os líderes em exercício dessa mesma religião. Dessa forma, a RTA, apesar das conotações anteriores, conforme já esclarecido, também é apresentada em uma nova configuração estabelecida após a declaração do novo Estado de Direito Democrático e multipartidário. Mesmo que culturalmente ainda seja tida como RTA, politicamente passou a ser configurada por sua atuação paralela na área da saúde, por meio da nova configuração, ou estrutura denominada conjuntamente de AMETRAMO (HOUWANA, 2002).

Essa identidade política viabiliza tanto a integração, quanto a desintegração das RTA no desempenho do seu papel na sociedade, uma vez que, para o seu reconhecimento pelo governo, era necessário estar registrada no grupo da AMETRAMO. É uma condição difícil para os praticantes residentes em regiões rurais, ou seja, um sistema político promovendo a exclusão ou marginalização da maioria dos praticantes da medicina tradicional ou RTA, a qual, para além de ser fundamental para cura das doenças e outros males, também compõe o fulcro da cultura, da tradição típica da religiosidade dos moçambicanos.

## 2ª Época – A Religião Islâmica em Moçambique

O marco da presença dos árabes ocorreu a partir do século VII por meio do estabelecimento de "entrepostos comerciais

<sup>5</sup> Nosso cunho para designar africanos da região subsaariana

pelos Suahil-árabes" na região costeira, especialmente na região norte do atual Moçambique (MACULUVE, 2015, p. 16), da "penetração dos mercadores muçulmano" (HRBEK, 2010, p. 108-109) e da fixação das "primeiras colônias árabes", a partir do século X, na zona fronteiriça da atual Ilha de Moçambique e antiga capital do país (CABAÇO, 2007, p. 304). Tal situação evidencia a presença massiva da religião islâmica, principalmente, na região costeira e norte de Moçambique.

Os primeiros Suahil-árabes e mercenários islâmicos se estabeleceram como primeiras sociedades influenciadoras da economia na região costeira, ao ponto de ter o islamismo como religião mais predominante em todo o litoral norte de Moçambique, a partir do século VII, e, de forma estratégica, formaram-se, nessa região, enquanto colônias a partir do século X (CABAÇO, 2007; MACULUVE, 2015). O islamismo continua se propagando e é dominante na costa norte moçambicana, principalmente por meio das práticas comerciais e da "navegação, pesca, criação de bovinos da espécie zebu, exploração de coqueiros e outras plantas de origem asiática", enquanto fontes de sustentação da economia para a sobrevivência (RITA-FERREIRA, 1982, p. 297).

Ou seja, desde o seu estabelecimento no século VII, a sociedade islâmica era identificada como uma das forças no dinamismo das ações políticas, econômicas, cultural e da religião, a qual deveria ser valorizada e, por meio dela, aproveitar os assuntos do mundo, entre eles, os princípios da igualdade entre os humanos, "sem distinção de posição social ou fortuna" (FASI; HRBEK, 2010, p. 39,42).

A população nativa, os bantos e os praticantes da RTA, que habitavam no litoral, foram islamizados e designados ao exercício do comércio ou sujeitos econômicos independentes, em atuação com as regiões interiores do território moçambicano, desde que não intervissem com o xeque da região (RITA-FERREIRA, 2007, 1982, p. 90). Esse processo de islamização, ao que tudo indica, foi bem-sucedido desde o início na região litoral, no caso, de Moçambique. As cidades e outros grupos étnicos do interior só foram islamizados entre os séculos XIII e XIX (HRBEK, 2010, p. 108). Verificou-se, a partir de 1850, uma efetiva islamização pelo islã sunita, o mais influente no país, dos povos Macua e Vao, habitantes especialmente dos atuais territórios das Províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Sofala, "fazendo do vale do Rio Zambeze e as terras altas do Shire fronteiras religiosas" (PIRES, 2008, p. 15).

No entanto, a religião islã, segundo Mohammed e Hrbek (2010, p. 50-51), para além de ser apenas uma religião, é também um modelo de vida em todos os aspectos da existência humana, "repleto de conselhos apropriados a todas as circunstâncias da vida: individuais e sociais, materiais e morais, econômicas e políticas, nacionais e internacionais". É um tipo de religião com ações religiosas semelhantes às práticas e atitudes contidas na RTA. Zakari Dramani-Issifou (2010) chega a entender o "Islã como religião e, portanto, elemento da cultura espiritual e social

[que] constitui atualmente um dos aspectos fundamentais da civilização africana" [...], o islã e a África não formam senão a mesma coisa! A religião muçulmana e a África são na realidade velhas conhecidas" (2010, p. 113). Essas declarações configuram o islamismo como forma de sistema social congruente a características dos africanos, por conseguinte, contrária a outras religiões monoteístas presentes em Moçambique, especialmente a religião cristã.

### 3ª Época – Presença da Religião Cristã em Moçambique

A 3ª Época se iniciou no século XV, com a chegada dos portugueses, e percorre entre as fases da ocupação territorial, da exploração colonial, do marco inicial da época da racionalização e da dita civilização dos moçambicanos por meio da religião cristã, também tida como marco do "nascimento de uma hegemonia planetária" (CABAÇO, 2007, p. 27). Com a religião católica outorgada, por meio do Direito do Padroado Régio Ultramarino, em ter seus bispos na administração episcopal, enquanto representatividade do poder e autoridade do Rei de Portugal, visando ao domínio colonial em nações sob sua jurisdição (SANTOS, 2007). Essa é uma característica típica dos imperativos políticos que se assemelham aos atuais dinamizadores da "mundialização da economia ocidental" (CABAÇO, 2007, p. 33, 162, 300), ou da influência do sistema econômico do Norte Global como meio de aculturação dos nativos por meio do catolicismo (SIBINDE, 2018, p. 80-81).

Segundo José Luís O. Cabaço, com a partilha de África, em 1884, conforme Conferência de Berlim, ficou estabelecido que Portugal passaria a exercer o seu poder colonial em uma parte dos territórios africanos, sendo uma delas a área geográfica da atual República de Moçambique, antes Província Ultramarina Portuguesa, conforme o poderio exercido pelos portugueses em sua missão civilizadora e assimiladora<sup>6</sup> dos nativos dessa região. A ordem política foi estabelecida pelo Decreto nº 16.199 de 6 de dezembro de 1928, com a instauração do "Estado Novo" e o enorme impacto causado pela primeira medida tomada por Salazar, ao publicar o "Acto Colonial" do império de Portugal, decretado em 18 de junho de 1930 e consolidado pela "Lei Fundamental, artigo 133º, da Constituição de 1933". Sobre isso, cabe apenas destacar o declarado no "Título II – dos indígenas", especificamente a alínea e, que "reconhece "missões católicas portuguesas no ultramar" como "instrumentos de civilização e influência nacional" concedendo-lhes proteção e auxílio estatal como instituições de ensino (CABAÇO, 2007, p. 151).

A resistência dos nativos em se submeter às estratégias de assimilação dos colonizadores, assim como a insuficiência do seu poder dominador, apesar de submeter os nativos ao "xibalo", ou trabalho forçado, facultado com a queda do império de

<sup>6</sup> Exercida na base da combinação do trabalho e educação

Gaza, culminou em uma abertura para a miscigenação, o que veio a estabelecer novas elites com "laços familiares, políticos, econômicos ou militares com as linhagens locais importantes", concentrados em grandes centros urbanos estratégicos: Ilha de Moçambique, Quelimane, Tete, Inhambane, Lourenço Marques<sup>7</sup> e Beira" (CABAÇO, 2007, p. 157-158). Tais regiões tornaram-se epicentros do cristianismo e das grandes igrejas cristãs, com enormes paróquias católicas, tidas como estratégicas para manutenção e controle de comércio por meio de serviços portuários.

Desse modo, as formas de civilização, assimilação, racionalização e até a recorrência à miscigenação eram exercidas por meio das missões católicas para a evangelização de Moçambique, assim como a integração colonial das diversas missões das "Igrejas protestantes", devido à vasta extensão do território moçambicano e à inviabilidade das "missões católicas" em darem conta de todo ele (SILVA, 2017, p. 17). Esse fato foi confirmado pela declaração contida na Carta Orgânica do Império Colonial Português, que designava a Igreja Católica enquanto personalidade jurídica no exercício do ensino, visando à civilização dos moçambicanos e a influência nacional.

Logo, durante o período pós-independência, principalmente a partir dos meados da década de 1980, a sociedade moçambicana veio a viver num novo sistema "sociopolítico", no qual a Religião, com destaque para a Católica, destacava-se em várias intervenções no país, dentre elas: a mediação das negociações para a paz no país; a influência para as mudanças dos idealismos da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)<sup>8</sup>, contribuintes no "início da revisão da constituição", saindo da Constituição monopartidária para a "Constituição multipartidária" (SIBINDE, 2018). Por outro lado, projetando a garantia da liberdade religiosa, conforme o Direito Democrático do Estado moçambicano (MOÇAMBIQUE/CRM, 2004), que veio a reforçar a necessidade de a Religião estar integrada no processo de formação cultural, intervindo em questões de desenvolvimento, educação, combate à pobreza, à fome, manutenção da paz e bem-estar do país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta contribuição possibilita uma prévia ilação da existência de vários deuses no mundo, originados e venerados pelo próprio ser humano; constatação inversa, ou contrária, à teoria sustentadora de que o ser humano foi criado por certa divindade e com o dever de se sujeitar em veneração a essa divindade.

Em concordância com o Vicente (2012), em relação ao estilo de religiosidade do povo banto, a RTA constitui, até nesta contemporaneidade, uma unidade de crenças, um meio de har-

monização e coesão dos africanos, neste caso dos moçambicanos. É uma forma de socialização, uma associação ou figuração (SIMMEL, 2006) dos grupos étnicos e tribais em terras moçambicanas. A RTA representa um certo perfil cabível na manutenção do "pensamento africano" (MACAMO, 2002) ou do "conhecimento emancipatório" (SILVA, 2017), como forma de resistência da população moçambicana. Também, constitui um estilo de religião viabilizadora da manutenção do poder essencial dos africanos, estabelecida do ponto de vista da "mesma concepção religiosa e espiritual do mundo e da vida, a mesma concepção do homem, da sociedade e do destino final da pessoa humana" (VICENTE, 2012, p. 34).

A partir da análise dos dados Censo 2017, constata-se a exclusão da RTA como categoria religiosa ainda que esta seja indispensável na harmonização e coesão dos moçambicanos, assim como na unidade de crenças dos povos bantos (VICENTE, 2012). Esse tipo de marginalização acaba desvalorizando a gênese de civilização e do cosmo da vida dos moçambicanos (LOPES, 2015). Esse fato suscita as indagações: qual fator motivaria a não inclusão da categoria como opção de resposta? Seria o fato de não possuir nenhum livro sagrado como as religiões apresentadas? Independentemente da resposta obtida, a ausência indica o quanto as formas de vida vinculadas à base da cultura, identidade e valores morais dos moçambicanos não têm sido contempladas, ou valorizadas no processo das análises. Por conseguinte, isso contribui para a desvalorização de alguns aspectos fundamentais na formação da moçambicanidade, assim como na propagação da intolerância religiosa, não havendo quase nenhum movimento social em prol do combate a essa atitude.

Importa concordar com o já apurado por Sibinde (2018), que a Religião Católica veio a se instalar como meio de civili-

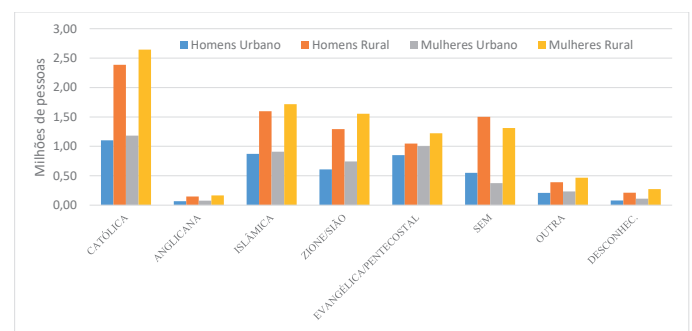


Figura 1- Distribuição populacional por região de moradia e religião em Moçambique.

Fonte: Censo 2017 (INE, 2019)

<sup>7</sup> Atual cidade de Maputo

<sup>8</sup> O uso da sigla em questão apresenta duas variações devido à reconfiguração ocorrida do grupo. O abreviamento em letras maiúsculas se refere ao papel que desempenhava como governo monopartidário de Moçambique, e em letras minúsculas, usa-se para destacar o atual período como um partido num sistema de governo multipartidário.

zação, assimilação e aculturação da população moçambicana. Essa situação teve a educação religiosa ocidental como maior contribuinte na aculturação da sociedade moçambicana. Ainda assim, após a independência de Moçambique, continuou a desempenhar junto com outras entidades religiosas um papel fundamental no estabelecimento de princípios básicos para as mediações das negociações da paz no período da guerra civil (1977 a 1992).

Com o fim da guerra civil, ocorreu, no país, uma intensificação e disseminação de várias igrejas, com destaque para o surgimento de novas igrejas neopentecostais, algumas vindo do Brasil e se apresentando como viabilizadoras de milagres diante dos problemas socioeconômicos, políticos e até no combate à pobreza (AGÊNCIA BRASIL, 2010). Na já conturbada relação social e religiosa, emergem grupos extremistas vinculados ao Estado Islâmico provocando ataques terroristas como os vistos em Cabo Delgado.

Contudo, quanto à situação da religião em Moçambique, mesmo com várias ramificações e diversidades estabelecidas na diferença ou na divergência na e entre a RTA, o Islamismo e o Cristianismo, conforme tentou-se aqui esclarecer (sem desconsiderar as outras religiões no território moçambicano, mas essas se apresentam como basilares na formação da nação moçambicana). É relevante destacar o quanto esse processo sociorreligioso viabiliza a categorização da sociedade moçambicana como uma sociedade multirreligiosa.

Assim, averiguar a RTA, a Religião Islã e a Religião Cristã em Moçambique são fundamentais no que concerne à apuração dos alicerces ou gêneses religiosas que se destacam na formação cultural e no desenvolvimento da religiosidade dos moçambicanos. Mesmo que se diferenciem em suas práticas, formas de crenças, fundamentos da fé e valores morais, em seu funcionamento se configuram enquanto forma de coesão social do tipo "solidariedade mecânica" na estruturação da sociedade (DURKHEIM, 2000), ou formas de instituições sociais no desempenho da socialização dos indivíduos, na base do pensamento religioso fundamentado em mesmas crenças (WEBER, 2008). Entretanto, foi incorporado a esta análise que a RTA, o Islamismo e o Cristianismo também constituem "formas-de-sociação" ou de associação na interação (SIMMEL, 2006) dos indivíduos entre as entidades religiosas e a sociedade no geral. Tal contextualização assegura a pertinência do tratamento igualitário de todas as matrizes religiosas, enquanto fundamentais no processo da humanização, não apenas da sociedade moçambicana, mas provavelmente de diversas sociedades mundiais.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ABEL, T. 1972. *Os fundamentos da teoria sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, p. 67-82.
- AGÊNCIA BRASIL. 2010. *Igrejas evangélicas brasileiras crescem em Moçambique*. Disponível em <https://correiodoestado.com.br/cidades/igrejas-evangelicas-brasileiras-crescem-em-mocambique/92233/>. Acesso em 10/12/2022.
- CABAÇO, J. L. O. 2007. *Moçambique, Identidades, Colonialismo e Libertação*. São Paulo. Disponível em: <[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-05122007-151059/publico/TESE\\_JOSE\\_LUIS\\_OLIVEIRA\\_CABACO.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-05122007-151059/publico/TESE_JOSE_LUIS_OLIVEIRA_CABACO.pdf)>. Acesso em 10/02/2020.
- CHIZIANE, P.; MARTINS, M. 2018. *Ngoma yethu – o curandeiro e o Novo Testamento*. Belo Horizonte, Nandyala, 54p.
- DRAMANI-ISSIFOU, Z. 2010. O islã como sistema social na África, desde o século VII. In: FASI, Mohammed El (editor). *História geral da África III. África do século VII ao XI*. Brasília, UNESCO, p. 113-141.
- DURKHEIM, É. 2000. *As formas elementares da vida religiosa: O sistema totêmico na Austrália*. 9 ed. São Paulo, Afiliada, 209p.
- FASI, M. E.; HRBEK, I. 2010. O advento do islã e a ascensão do Império Muçulmano. In: FASI, Mohammed, El (editor). *História geral da África, III: África do século VII ao XI*. Brasília, UNESCO, p. 39-68.
- GAARDER, J.; HELLERN, V.; NOTAKER, H. 2000. *O livro das religiões*. São Paulo, Companhia das Letras, 315p.
- GIDDENS, A. 2000. *Dualidade da estrutura: agência e estrutura*. Oeiras: Celta, 109p.
- GIDDENS, A. 2005. *Sociologia*. 4. Ed, Porto Alegre, 600p.
- HERVIEU-LÉGER, D.; WILLAIME, J. 2009. *Sociologia e religião: abordagens clássicas*. SP, Idéias & Letras Aparecida, p. 71-161.
- HOOKWAY, N. 2008. *Entering the blogosphere: some strategies for using blogs in social research*. Austrália. Disponível em <<https://doi.org/10.1177/1468794107085298>> Acesso em 17/09/2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/1468794107085298>
- HOUWANA, A. M. 2002. *Espíritos vivos, tradições modernas: possessão de espíritos e reintegração social pós-guerra no sul de Moçambique*. Cedimia, Promédia, 292p.
- HRBEK, I. 2010. A difusão do islã na África, ao Sul do Saara. In FASI, Mohammed El (editor). *História geral da África, III: África do século VII ao XI*. Brasília, UNESCO, p. 83-112.
- IEN – Instituto Nacional De Estatística. 2019. Censo 2017. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/>. Acesso em 02/12/2022.
- LOPES, P. J. P. 2015. Religião Tradicional Africana em Moçambique: Seu Fundamento e Persistência. *Debate: Artes e Cultura*. n.32, 27p. Disponível em: <<https://bitly.com/p4ZF0>>, último acesso em 09/10/2019.
- MACAMO, E. 2002. *A constituição de uma sociologia das sociedades africanas*. UEM, 22p. Disponível em <<https://bitly.com/8vman>>. Acesso em 28/03/2020.
- MACULUVE, I. E. 2015 *Avaliação da cultura nacional da sociedade moçambicana e a sua influência na cultura organizacional das multinacionais petrolíferas em exercício no sector de hidrocarbonetos em Moçambique*. Lisboa, 102p. Disponível em [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/11110/1/TESE%20FINAL\\_POS%20DEFESA%20210715.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/11110/1/TESE%20FINAL_POS%20DEFESA%20210715.pdf).
- MAY, T. 2004. *Pesquisa social: questões, método e processo. Pesquisa documental: escavações e evidências*. 3. ed. Ponto Alegre; Artmed, 167p.
- MENEZES, S. 2021. Fontes de informação: definição, tipologia e confiabilidade. *BIBENG-UFGRS*. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bibeng/fontes-de-informacao-definicao-tipologia-confiabilidade/>. Acesso em 25/11/2022.
- MOÇAMBIQUE, C. de M. 2004. *Resolução n° 11/2004 de 14 de abril*. Imprensa Nacional de Moçambique. Maputo, 134p.
- MOÇAMBIQUE, [Constituição (2004)]. *Constituição da República de Moçambique de 2004*, Maputo, Assembleia da República.
- MOÇAMBIQUE – Fundação Pontifícia ACN (2021). *Moçambique: liberdade religiosa no mundo – relatório 2021*. Disponível em <https://www.acn.org.br/mocambique/>. Acesso em 10/12/2022.
- PIRES, R. M. B. 2008. *Indianos sunitas em Moçambique – 1974/2004*. FLUP, 96p.



- PNUD/ONU. 2019. *Relatório de desenvolvimento humano 2019*. New York, 40p. Disponível em: <[http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr\\_2019\\_pt.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf)>. Acesso em 18/10/2020.
- RITA-FERREIRA, A. 1982. Fixação portuguesa e histórica pré-colonial de Moçambique. *Documentos, Ensaios e Documentos, N° 142*. Lisboa, 331p. Disponível em: <[https://macua.blogs.com/files/fixacao\\_portuguesa\\_e\\_historia\\_pre\\_coloni.pdf](https://macua.blogs.com/files/fixacao_portuguesa_e_historia_pre_coloni.pdf)>. Acesso em 10/09/2021.
- SANTOS, P. F. 2007. *Poder e palavra: discurso, contendas e direito de padroado em Mariana (1748-1764)*. Dissertação em História Social; Universidade de São Paulo. São Paulo, 306p. Disponível em: <[www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br)>. Acesso em 26/09/2021.
- SIBINDE, A. R. 2018. *Coexistência Religiosa desafia as partes para o diálogo: o Cristianismo Católico e a Religião Tradicional Tsonga-Changana na construção de uma sociedade humanizada e justa no Sul de Moçambique*. Belo Horizonte, Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 16, n. 49. Disponível em: <<https://bitly.com/C4eEJ>>.
- Acesso em 9/12/2019.
- SILVA, C. N. 2017. *"Viver a fé em Moçambique": as relações entre a Fretilimo e as confissões religiosas (1962-1982)*. Niterói, 283p. Disponível em <<https://cutt.ly/ylaPFwB>>. Acesso em 10/03/2019.
- SIMMEL, G. 2006. *Questões fundamentais da sociologia*. Individuos e sociedade. Rio de Janeiro, Zahar, 121p.
- VICENTE, J. A. 2012 *A experiência salvífica na Religião Tradicional dos povos banto e a Teologia do Concílio Vaticano II: pistas para o diálogo inter-religioso a partir do paradigma missão evangelizadora da igreja*. Belo Horizonte, FAJE, 136p. Disponível em <<https://bitly.com/eWhau>>. Acesso em 9/03/2019.
- WEBER, M. 2008. *Sociologia*. (org. COHN, G.) Coleção grandes cientistas sociais, 7ª edição, editora ática, São Paulo, Afiliada, 160p.

Submetido: 15/10/2022  
Aceite: 14/01/2023